

Os sons das máquinas de costura: a escuta psicanalítica de imigrantes na escola

Joana Sampaio Primo^{*}
Mirian Debieux Rosa^{**}

RESUMO: Guiadas pelos princípios do método psicanalítico, empreendemos uma investigação em escolas paulistanas atravessadas por questões na escolarização de crianças de origem boliviana: estas chegam às instituições sem saber falar. No presente artigo, debruçar-nos-emos sobre os atravessamentos entre a história de migração, o trabalho dos bolivianos nas casas-oficinas de costura e a escolarização dessas crianças. Se, por um lado, tal empreitada, sobre o contexto ampliado de vida, pode parecer distante do fazer de um psicanalista, por outro, defendemos que investigá-lo permitiu garantir o direito de diferir: a inclusão das complexidades permite desdobrar o sintoma de não aprender a falar.

Palavras-chave: ESCOLARIZAÇÃO DE IMIGRANTES; ESCUTA PSICANALÍTICA; MIGRAÇÃO BOLIVARIANA; CASAS-OFICINA DE COSTURA.

The sounds of sewing machines: psychoanalytic listening to migrants in school

ABSTRACT: Guided by the principles of the psychoanalytic method, we undertook an investigation in schools in São Paulo that face challenges in the schooling of children of Bolivian origin—children who often arrive at the institutions without knowing how to speak. In this article, we focus on the intersections between the history of migration, the work of Bolivians in the sewing workshop-houses in São Paulo, and the schooling of these young children. While this inquiry into the broader life context of these families may seem distant from the work of a psychoanalyst, we argue that such an investigation makes it possible to safeguard the right to differ: incorporating the complexities allows us to unfold the symptom of not learning to speak.

Keywords: MIGRANT SCHOOLING; PSYCHOANALYTIC LISTENING; BOLIVIAN MIGRATION; SEWING WORKSHOP-HOUSES.

Les sons des machines à coudre : une écoute psychanalytique des migrants à l'école

RÉSUMÉ: Guidés par les principes de la méthode psychanalytique, nous avons mené une enquête dans des écoles de São Paulo confrontées à des difficultés dans la scolarisation d'enfants d'origine bolivienne — ceux-ci arrivant souvent dans les institutions sans savoir parler. Dans cet article, nous penchons sur les entrecroisements entre l'histoire de la migration, le travail des Boliviens dans les maisons-ateliers de couture à São Paulo et la scolarisation de ces jeunes enfants. Si, d'un côté, une telle démarche — portant sur le contexte élargi de vie de ces familles — peut sembler éloignée

^{*} Doutora em psicologia clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, sob financiamento da FAPESP nº do processo: 2019-12316.

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-7802-4094>

E-mail: joanaprino@gmail.com

^{**} Professora titular do Departamento de Psicologia clínica, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-9518-0424>

E-mail: debieux@terra.com.br

du travail d'un psychanalyste, nous soutenons, de l'autre, que l'examiner permet de garantir le droit de différer : inclure les complexités permet de déplier le symptôme de ne pas apprendre à parler.

Mots-clés: SCOLARISATION DES MIGRANTS; ÉCOUTE PSYCHANALYTIQUE; MIGRATION BOLIVIENNE; MAISONS-ATELIERS DE COUTURE.

Introdução

Esse artigo é fruto de nossa pesquisa de doutorado¹ na qual, em linhas gerais, realizamos uma pesquisa-intervenção em algumas escolas paulistanas que se viram atravessadas pelo silêncio de crianças de origem andina. Preocupado com um de seus estudantes, o diretor de uma Escola Municipal de Educação Infantil² solicitou ao *Grupo Veredas: Psicanálise e Imigração*³ uma parceria para que a situação das famílias imigrantes daquela comunidade pudesse ser cuidada. Passamos, assim, a acompanhar semanalmente esse pequeno aluno, filho de pais bolivianos, que estava na época com cinco anos e não falava nenhum idioma. Foi a partir dos encontros semanais com essa criança, com a equipe da EMEI e com o bairro em que se situa a escola, que passamos a compreender a dificuldade de comunicação como um fenômeno multifacetado. Em outras palavras, partimos da singularidade de um encontro para, sem negar sua particularidade, escutar também o que de comum estava presente na situação.

Logo percebemos que o sintoma de não aprender nenhum idioma é frequente entre crianças de origem andina naquela comunidade escolar. Alunos e alunas que chegam muitas vezes às escolas de educação infantil sem saber falar nenhum idioma. Fenômeno complexo e constituído de múltiplos atravessamentos, o silêncio de algumas pequenas crianças gerou um barulho institucional que pôde fazer dele um enigma.

Por embasarmos nossa intervenção na teoria psicanalítica - uma teoria na qual os conceitos estão diretamente articulados à prática, uma vez que foi a partir da experiência clínica e dos impasses que ela colocava ao tratamento, que foi desenvolvida a metapsicologia -, sentimo-nos autorizadas a empreender um percurso que tem na prática seu ponto principal de reflexão. Em 1923, no texto '*Psicanálise*' e '*Teoria da Libido*' (*Dois verbetes para um dicionário de sexologia*), Freud, buscando definir a psicanálise, diferencia-a dos sistemas filosóficos que têm conceitos claramente definidos. Segundo o autor, sua disciplina se aproximaria mais das ciências empíricas, isto é, "Ela se atém aos fatos de seu âmbito de trabalho, busca solucionar os problemas imediatos trazidos pela observação, segue Tateando com base na experiência, está sempre incompleta, sempre disposta a ajustar ou a modificar suas teorias" (1923/2014, p.301).

Acompanhamos, com Freud (1923/2014), a definição de uma teoria que tem na experiência seu principal motor: a psicanálise é concebida como incompleta, pois sempre em construção na articulação com a prática. Ressaltamos o caráter *fragmentário* não apenas na relação entre teoria-prática, mas igualmente na articulação entre os *restos diurnos* e os sonhos; entre as exigências pulsionais e a realidade externa na formação dos sintomas e atos falhos. Formações conflitivas que fundamentam tal disciplina nos interstícios entre aquilo que é recolhido na prática e os conceitos que daí advêm.

Há, no entanto, uma diferença importante entre a prática clínica *stricto sensu* e a escuta psicanalítica em contextos não convencionais. Mesmo que desde o início da teoria freudiana houvesse diferentes experimentações da escuta analítica, não ficando esta restrita ao *setting* de consultório, a articulação entre a prática conceitual desenvolvida para uma situação a dois e seu exercício em instituições diversas é sempre motivo de debate.

No que tange à educação, mesmo que não tenha sido uma matéria de preocupação sistemática de Freud, ao longo de sua obra, o autor debruçou-se algumas vezes sobre as consequências da psicanálise para a educação: às vezes, com uma posição que defendia o contorno nítido das duas disciplinas (1923-25/2011), outras, apostando que o mesmo seria um campo fértil de interlocuções (1933/2010). No que tange às escolas, Freud (1910/2013), em um curto comentário sobre o suicídio entre jovens, destaca uma importante tarefa ética para essa instituição, a saber, promover a vida e permitir que os jovens experimentem diferentes posições. Direito de experimentar, direito de poder diferir, de poder ser apreendido em suas ambivalências e contradições. Tarefas éticas atribuídas por Freud (1910/2013) como função de todas as instituições de ensino: os jovens e as jovens, de qualquer trajetória, têm direito de diferir daquilo que é esperado deles.

Desse modo, mesmo que as escolas não sejam o lugar mais habitual de trabalho de um psicanalista, a tarefa educativa toca a tarefa analítica: em ambas se deseja fazer cortes, fissuras daquilo que é suposto, para que os sujeitos possam ganhar um lugar singular para si (Lajonquière, 2021).

Enfatizamos que partimos, igualmente, da *psicanálise implicada*⁴, que concebe, *grosso modo*, que a escuta, em contextos de vulnerabilidade social, implica que o psicanalista lance mão de estratégias clínicas não convencionais, promovendo uma escuta atenta à complexidade histórica e social de sua formulação (Rosa, 2016).

Há, portanto, a escuta de um campo complexo que repercutia no silêncio de algumas crianças e nas diferentes formas de silenciamento da comunidade andina em seu encontro com as escolas. Trata-se, evidentemente, de sintomas singulares, porém também comuns, na medida em que se espalham entre crianças imigrantes e, como pretendemos melhor discutir no presente artigo, moradoras de casas-oficinas de costura⁵.

Trabalho e silêncio: as casas-oficina

Em minha primeira conversa com a mãe do primeiro aluno que acompanhei, ela me contou que devido à dinâmica de trabalho do casal, seu filho ficava muito tempo sozinho vendo TV ou mexendo no celular. Um relato marcante: como uma criança que passa muito tempo sozinha aprende a falar? Quanto tempo trabalhavam? Quanto tempo ele ficava sozinho? Perguntas que não foram colocadas nessa conversa.



O atravessamento do trabalho no silêncio dessas pequenas crianças insistiu em aparecer desde, literalmente, o primeiro dia em que estivemos na EMEI: na reunião destacada no fragmento acima, a mãe localizou as horas trabalhadas como determinantes para o não desenvolvimento da fala de seu filho. A insistência das famílias em falar de seus trabalhos, a insistência da ausência de fala de algumas crianças e, igualmente, a

insistência da caracterização dessas famílias enquanto ‘bolivianas típicas’, persistiam como elementos a serem considerados em nossa pesquisa.

Os sons da máquina de costura

Estávamos em uma reunião da Rede de Saúde e Imigração⁶, uma rede de apoio na qual profissionais da saúde, da assistência social e de algumas instituições humanitárias, encontram-se mensalmente para discutir casos de imigrantes atendidos pela Rede de Saúde e as dificuldades dos serviços. Essa reunião, especificamente, tinha como tema o grande número de crianças imigrantes de origem andina, ou brasileiras de primeira geração, atendidas em um CAPS IJ (Centro de Atenção Psicossocial Infantil e da Juventude) da cidade de São Paulo. Uma enfermeira, que trabalha no referido equipamento, contou que recebeu o primeiro paciente imigrante há vinte anos: ele tinha dificuldade de fala, mas não havia suspeita diagnóstica de autismo. Hoje em dia, recebem um número muito grande de crianças com, nas palavras dela, “sintomas autísticos muito graves”: relatou que alguns pacientes são totalmente silenciosos, exceto para reproduzir mecanicamente os sons das máquinas de costura.

Na reunião indicada, escutamos pela primeira vez a associação entre os sons emitidos por algumas crianças que não falam e a máquina de costura, associação que dava destaque ao atravessamento das casas-oficinas na produção de tais sintomas. Ao imitarem as máquinas de costura de seus pais, as crianças gritam pela inscrição de suas casas-oficinas na produção de seu silêncio, de seu sintoma e do circuito de migração Bolívia-Brasil, algo que passa, necessariamente, pela consolidação desse modo de trabalho como o destino desses imigrantes em São Paulo.

Escutar as famílias é muito chocante

Tinha ambiguidades em sua fala. Por um lado, a coordenadora apontava a dificuldade de acessar as famílias imigrantes como um indicativo da condição precária em que vivem, destacou que eles constantemente mudam de telefone, o que dificultou o contato da escola durante a pandemia. Por outro lado, havia uma perplexidade em sua fala, quando ela se indagava, por exemplo: “como eles não sabem informar à escola o nome do CAPS em que seus filhos são atendidos?!”. Escutar as famílias, nas palavras dela, “é muito chocante”, sobretudo, escutar o relato sobre a moradia em que vivem, as quais abrigam algumas vezes seis famílias em uma mesma casa.

Chocante a situação dessas famílias, chocante e sabida, um saber que não se quer saber, ou melhor, um saber ambíguo que ora despotencializa esses sujeitos como ‘pobres coitados’, ora parece indignar-se com que estes ‘não saibam de nada’. Ao longo de nosso trabalho de campo, fomos acompanhando os desdobramentos daquilo que se apresenta como um sintoma individual com implicações coletivas.

Afirmamos que o choque não estava apenas na descrição de um trabalho-moradia insalubre, o choque encontrava-se, igualmente, no encontro com o estrangeiro. Racionalidade presente naquilo que Freud (1919/2010) denominou de *unheimlich*, conceito traduzido para o português como *estranho* ou *inquietante*, a saber, o retorno de uma verdade inconsciente que chega à consciência como algo externo-estranho. Modo de operar que explicita uma angústia em relação ao não idêntico, uma angústia que aparece no sujeito e que diz da relação dialética com o outro.

Ressaltamos a posição das crianças imigrantes na educação: corporificadas como as ‘estrangeiras’, isto é, como ‘as estranhas’, elas deixam de poder diferir de sua posição. Indo além, no que tange à situação delas e de suas famílias, mesmo que as casas-oficinas sejam destacadas pelos profissionais das escolas como espaços insalubres, na relação com as crianças a condição desse trabalho aparece cristalizado como um problema das ‘famílias estrangeiras’ e não como um inquietante que também diz de nós.

Se é pressuposto que a escola “[...] instaura um horizonte diferente e, portanto, alterador, além da mesmidade das fronteiras familiares” (Lajonquière, 2023), o acolhimento das crianças andinas parecia impossibilitar um espaço alterador. Como psicanalistas que somos, apostamos que o acompanhamento do silêncio literal de algumas crianças e de seus atravessamentos no que tange o lugar destinado aos imigrante, à história da imigração boliviana para a cidade de São Paulo e, principalmente, ao trabalho nas casas-oficinas de costura, pudesse abrir cortes da *mesmidade familiar*.

A discussão que propomos neste artigo, como dito acima, surgiu da escuta das famílias andinas em algumas escolas paulistanas e da persistência com que a situação de trabalho delas aparece no sintoma dessas crianças. Situação de trabalho pouco problematizada nas pesquisas que tratam sobre os sintomas das crianças na educação. Dito de outro modo, há pesquisas sobre o silenciamento dessas crianças nas escolas, sobre o sofrimento psíquico e sociopolítico das mesmas e sobre o trabalho nas oficinas de costura⁷; entretanto, há poucas investigações que busquem articular esses âmbitos.

Tendo como fio condutor os *fragmentos* escritos a partir de nossa pesquisa-intervenção, acompanharemos as vicissitudes da imigração boliviana para a cidade de São Paulo, sua relação intrínseca com a oferta de trabalho nas oficinas de costura, estas que, por sua vez, são constantemente alvo de investigações daquilo que é chamado de ‘trabalho análogo ao escravo’. Sem subestimar as inúmeras violências contidas neste modo de trabalho, discutiremos junto a alguns autores (Ribeiro, 2018; Miranda, 2017, Lamas, 2020) a pertinência ou não de tal nomeação, na tentativa de nos aproximarmos das complexidades e contradições desse trabalho e da forma como ele repercute na escolarização dessas crianças. Tal contextualização é pressuposto da escuta *psicanalítica implicada* (Rosa, 2016), uma vez que partimos do princípio de que os sujeitos, para poderem diferir, não podem ser responsabilizados pelo contexto social do qual são parte. A escuta dos sons das máquinas de costura se fazia presente nos balbucios dos alunos e das alunas, nos relatos das famílias e na preocupação dos educadores, cabia a nós tecermos esses fios em busca da possibilidade de criar aberturas na escolarização dessas crianças.

*
* *

Qual é a nacionalidade da maioria dos imigrantes que vivem no Brasil?

Estávamos em nosso primeiro dia em campo, na reunião de formação da equipe da EMEI ministrada pela coordenação do CRAI⁸. Nessa conversa, a equipe do CRAI conduziu de forma a provocar que os estereótipos sobre imigração viessem à tona, numa tentativa de problematizá-los. Num dado momento, eles informaram a quantidade total de imigrantes que viviam no Brasil em 2016: havia 1,2 milhões de imigrantes, o que representava 0,6% da população brasileira, destes 385 mil viviam no Estado de São Paulo. Disseram ainda, que entre os imigrantes que residem no Brasil há 138 nacionalidades distintas e indagaram à equipe da EMEI qual nacionalidade eles achavam que representava a maior comunidade. As respostas foram dadas, praticamente, em uníssono: bolivianos, haitianos e angolanos. Para surpresa de todos, inclusive para a minha, a maior comunidade de imigrantes no Brasil é a de portugueses, eles representam 22,4% do total de imigrantes, seguidos dos bolivianos que representam 7,4%, isto é, um número um pouco mais de três vezes menor. Foi colocada a indagação para todos: por que reparamos mais em algumas comunidades de imigrantes do que em outras?

Apontamos, nesse *fragmento*, uma dupla questão. A primeira se relaciona, justamente, a aparição estereotipada do imigrante que faz com que apenas alguns sejam vistos enquanto outros passam despercebidos. Nesse aspecto, ressaltamos duas ponderações e ambivalências presentes nessa cena. A primeira será referida à experiência migratória não documentada e com marcadores sociais de exclusão, como é o caso das famílias bolivianas com traços andinos, em relação às quais o fato de serem vistas pode

acarretar tanto perseguição e expulsão como acirrar preconceitos. Braga (2015) e Rosa, Souza e Binkowski (2019) destacam a alternância entre invisibilidade e silenciamento à exposição na cena pública. Mesmo que estas reflexões se debrucem sobre o caso das pessoas negras, os andinos, na cena pública, correm também o risco de incitar estereótipos e, no caso dos bolivianos, o risco de expulsão do país.

Ainda sobre o mesmo fragmento, apontamos que a segunda questão se relaciona ao fenômeno da imigração, ou seja, este que é, principalmente, explicado por dados quantitativos, dados que sublinham, por exemplo, a ‘nova onda’ de imigração Sul-Sul que justificaria o aumento de migrantes africanos e sul-americanos no Brasil, dados que nos deixam a pergunta: a migração é um fenômeno que se explica por índices quantitativos?

Em linhas gerais, o fenômeno da migração é concebido como ‘dado’, isto é, como um ‘fenômeno’ cada vez mais habitual no mundo e desvinculado das vicissitudes que o constituem enquanto tal. Localizado, majoritariamente, como consequência de desastres naturais e humanitários - como guerras e perseguições político-religiosas - ou como consequência de crises econômicas, dito fenômeno tem sido objeto crescente de debates e de pesquisas acadêmicas. Estas tendem, entretanto, a naturalizar as causas da imigração, apresentando-as a partir de dados estatísticos que tenderiam a aumentar ou a diminuir a depender das condições dos países que ‘expulsam’ ou dos países que ‘acolhem’ os migrantes, numa naturalização do *fenômeno migratório* que desconsidera uma série de elementos relacionados à construção da migração como conceito, como política e como consequência direta do modo de produção capitalista (Heidemann, 2010).

Ao questionar a migração como um objeto de pesquisa e, igualmente, como um ‘problema’ a ser enfrentado pelas *políticas de planejamento*, Vainer (1984) coloca perguntas em relação aos conceitos mobilizados, sobretudo, nas pesquisas que pretendem gerar políticas de planejamento para o campo da migração. Mobilização de conceitos que pressupõem uma neutralidade dos mesmos, deixando de considerar as disputas presentes em suas definições.

Ao analisar pesquisas sobre migração, Vainer (1984) cria fissuras em temas que parecem ‘estabelecidos’. Iniciamos, pois, acompanhando a dificuldade em simplesmente definir o que seria ‘migração’: um fenômeno, um conceito ou um processo? Ora é definida como um processo relacionado ao mercado de trabalho; ora como um processo de decisão individual e familiar; ora como o fenômeno de mobilidade geográfica; ora como um ajustamento de fluxos energéticos, ora como um conceito de deslocamento que implicaria uma determinada distância, duração e mudança de residência, etc. Vemos na falta de unidade em torno do conceito/fenômeno/processo as contradições deste objeto de pesquisa (Vainer, 1984).

Fissuras que têm uma história, que vai ao encontro da consolidação das ciências modernas e, sobretudo, da consolidação da modernidade e do modo de produção capitalista. Ciências que delimitam seus objetos ao mesmo tempo em que os criam. Saberes mensuráveis que operam no disciplinamento dos corpos para o trabalho, colaborando na criação de uma maior força produtiva e de uma menor força de resistência à produtividade (Foucault, 1975/2014).

Indo além, a organização do modo de produção capitalista e dos corpos dentro dessa maquinaria produtivista, não se restringe ao poder disciplinar, há, também, o *biopoder*. Este incide sobre o corpo-espécie (Foucault, 1976/2010) e gera a noção de *população* e suas medidas de comportamento: taxas de natalidade, fecundidade, mortalidade etc. Taxas, unidades de medidas que começaram a embasar os cálculos e estratégias de planejamento estatal, centralizando a população dentro de uma determinada fronteira e circunscrevendo-a a partir de um dado comportamento.

Há, portanto, uma série de linhas de força que convergem para a produção de corpos aptos ao trabalho, linhas de força que atuaram desde o início da imposição da economia de mercado e da conseqüente impulsão ao processo migratório como uma “[...] ‘coerção silenciosa’ da modernização e não através de motivos civilizatórios livremente, individualmente e subjetivamente escolhidos” (Heidemann, 2010, p.20). Em outras palavras, o processo migratório faz parte da constituição dos Estados nacionais e do modo de produção capitalista.

Foi somente a partir do modo de produção capitalista, que o espaço passou a ser entendido como propriedade privada. Processo que implicou a separação de alguns da terra, de seus meios de produção e subsistência, tornando-os ‘trabalhadores livres’, que terão, forçosamente, que se deslocar para vender sua força de trabalho. Neste sentido, pensar em *mobilidade migratória* é pensar nas relações de *mobilidade do trabalho* no interior do modo de produção capitalista, relação que passa a ter a migração como condição de existência, marcando os corpos e os destinos de quem precisará vender a força de trabalho (Vainer, 1984).

A força produtiva organiza-se a partir da ideia do ‘trabalhador livre’, que, no caso brasileiro, foi instituída no final do século XIX, quando a mão de obra escrava foi legalmente abolida. Modificação que não deixa de marcar uma peculiaridade da formação do ‘trabalhador livre’ em nosso território: os cerca de 300 anos de escravização e sua subseqüente substituição por ondas imigratórias de europeus e asiáticos, marca a força de trabalho como aquela que é reproduzida fora do território nacional. Segundo Alencastro (2021):

Essa é a variável de *longue durée* que apreende a formação do Brasil nos seus prolongamentos internos e externos: de 1550 a 1930, o mercado de trabalho está desterritorializado: o contingente principal da mão de obra nasce e cresce fora do território colonial e nacional (p.354).

Imbrica-se, assim, no território nacional brasileiro, a particularidade de uma mão de obra reproduzida no exterior. Situação singular que terá incidências diretas no fenômeno que estamos acompanhando: os bolivianos, como discutiremos de perto a seguir, migram para São Paulo para se venderem como ‘trabalhadores livres’.

*

* *

Chegamos, então, à história sobre a mobilidade dos bolivianos para a cidade de São Paulo, história marcada, sobretudo, por dois momentos de maior intensificação migratória: um primeiro no final da década de 1950 e um segundo do final da década 1980 - com uma maior intensidade no final da década de 1990, início dos anos 2000. História complexa, não apenas por compreender dois períodos migratórios com características distintas, mas, principalmente, pelas diferenças de ênfase que as pesquisas vão atribuindo aos fatores que teriam determinado tais fluxos.

Em relação ao primeiro período, indicamos o marco do acordo bilateral, ‘Atas Roboré’, de 1958, entre os Estados brasileiro e o boliviano, assinado pelos presidentes da época, respectivamente, Juscelino Kubitschek e Victor Paz Estenssoro, que incentivava intercâmbios “[...] comerciais, econômicos e culturais entre ambos países” (Ribeiro, 2018, p.86). Neste primeiro momento, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo eram o principal destino dos bolivianos, sendo estes, sobretudo, estudantes universitários, muitos dos quais acabaram permanecendo no Brasil (Xavier, 2012).

No que se refere aos contextos de ambos os países, mesmo que insuficientes para explicar a mobilidade em curso, lembramos que na década de 1950 o Brasil poderia ser descrito pelo impulsionamento da ‘modernização’, registrado no lema do governo Kubitschek: ‘50 anos em 5’, que transferiu a capital para Brasília, uma cidade planejada e construída por um intenso fluxo migratório para o centro-oeste do país.

Voltando ao contexto boliviano da década de 1950, sublinhamos que o mesmo é descrito como um momento de integração cada vez maior da Bolívia na economia capitalista mundial: “Até 1952, a economia boliviana estava centrada principalmente em agricultura e mineração. A maioria da população vivia ainda fora das cidades, embora já houvesse uma formação urbana onde viviam camadas médias e intelectuais” (Ribeiro, 2018, p.81). Impulsionada pelas camadas médias em associação com setores populares, houve a Revolução de 1952, que fez de Victor Paz Estenssoro presidente do país, pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

É, pois, nesse contexto de maior integração à economia capitalista que o acordo bilateral ‘Atas Roboré’ foi assinado. Este que garantiu por alguns anos uma facilitação dessa mobilidade, que continuará ao longo do século XX, mas que terá uma mudança significativa no final da década de 1980 e início da década de 1990 (Xavier, 2012; Miyahira, 2016).

A maioria das pesquisas que analisam a mobilidade de bolivianos para o Brasil a partir da década de 1980, centram-se ou nos *contextos de expulsão*, isto é, nos fatores econômicos do país de origem dos imigrantes que os fizeram ter que sair (Freitas, 2010); ou nos contextos do país que acolhe os imigrantes, em nosso caso, a *reestruturação produtiva* da indústria têxtil da cidade de São Paulo (Miyahira, 2016; Xavier, 2012).

A partir da década de 1980, diferentes pesquisas atentam para a *reestruturação produtiva da indústria têxtil* da cidade de São Paulo (Miyahira, 2016; Xavier, 2012), e para uma *crise do trabalho* na Bolívia. O último fator seria responsável por expulsar uma mão de obra menos qualificada e que já não encontrava meios de se reproduzir em seu próprio país. Dessa forma, diferentemente dos estudantes universitários e dos profissionais liberais que migraram na década de 1950, a partir do fim da década de 1980, chegaram “[...] ex-trabalhadores das minas e fábricas bolivianas, geralmente jovens e com baixas qualificações” (Freitas, 2010, p.14).

Trabalho e migração: as histórias e a escola

D. Alice, mãe boliviana referência para a comunidade de uma das EMEF⁹ nas quais realizamos a pesquisa, contou que muitos bolivianos vêm de origem rural, da roça, e são muito fechados. Além disso, quando eles chegam a São Paulo quem os recebe costuma amedrontá-los dizendo a eles que se saírem nas ruas a polícia pode prendê-los, pois estão com os documentos irregulares. Geralmente, trabalham das 07h à 01h, de segunda a sábado, tendo, portanto, pouquíssimo contato com a cidade.

D. Alice, mãe boliviana articuladora de seus conterrâneos naquela comunidade escolar, havia sido convidada para conversar numa tentativa de aproximação dos pais imigrantes daquela EMEF, esta que tem cerca de 40% de seus estudantes de origem andina. Ela foi categórica ao caracterizar a maioria das famílias como completamente vinculadas ao trabalho de costura. Disse, também, que as crianças que são muito quietas na escola devem viver em casas-oficinas precárias. Narrou sua história: veio trabalhar na costura, para uma tia, no fim da década de 1990, porém não se adaptou. Depois de um tempo, mudou-se com seu marido, teve alguns trabalhos e naquele momento tinha uma oficina de conserto de eletrodomésticos, algo incomum nos relatos que escutamos.

Retornando à história da migração recente, seguimos com o relato de D. Alice, que se mudou para São Paulo no final da década de 1990 para trabalhar na casa-oficina de costura de sua tia, um retrato da migração que se intensificou a partir do final da década

de 1980. Sublinhamos, ainda, o esgotamento do mercado de trabalho na Bolívia, tanto no campo como nas cidades, quadro agravado a partir de 1985 (Ribeiro, 2018).

Associa-se ao esgotamento do mercado de trabalho boliviano, a mudança da composição das fábricas têxteis, a partir das décadas de 1970 e 1980, na cidade de São Paulo. Estas deixam de ser indústrias verticalizadas onde se centralizava a produção do vestuário, sobretudo, nos bairros do Brás e do Bom Retiro (Xavier, 2012), iniciando um movimento de dispersão de pequenas oficinas nas regiões periféricas da cidade.

Tal dispersão é analisada por Freitas (2010) como um movimento integrado entre a passagem das oficinas de costura, tradicionalmente, pertencentes aos migrantes de origem judaica para os coreanos; na sequência, pela incorporação dos imigrantes bolivianos como trabalhadores dos coreanos, e, posteriormente, como donos das oficinas. Como pudemos acompanhar pela história de migração de D. Alice, ela veio trabalhar em uma oficina que pertencia à sua tia, composição familiar de migração que, como discutiremos mais para frente, é bem comum.

*
* *

Como vimos, a mobilidade dos migrantes bolivianos para a cidade de São Paulo está diretamente associada à nova malha de produção de vestuário e sua dispersão pela cidade. Bairros como Bom Retiro e Brás passam a ser centrais na comercialização do vestuário - e, até mesmo, em parte de sua produção -, porém, os bairros periféricos, onde se encontram as escolas que pesquisamos, começam a absorver as oficinas de costura e seus trabalhadores imigrantes (Xavier, 2012).

O estudo de Silva (1997; 2006)¹⁰ é um marco importante para as pesquisas sobre a migração boliviana para o Brasil, já que é pioneiro nesta temática. Padre, trabalhador da Missão Paz e antropólogo de formação, Silva (1997) fez uma etnografia a respeito do lugar que esses migrantes ocupam na capital paulista, bem como sobre a história dessa migração. Ressaltamos, sua problematização a respeito da mediatização da condição precária de trabalho dessa população na cidade de São Paulo, resultando no encerramento deste grupo dentro de uma categoria preconceituosa: “os trabalhadores escravos” (Silva, 2006).

Pegando o gancho em seus apontamentos, aproximamo-nos da discussão sobre as especificidades das casas-oficinas e de suas consequências tanto no imaginário social sobre os andinos quanto nas condições precárias nas quais as crianças e suas famílias habitam e trabalham.

Notícias de um trabalho

Em pequenos grupos, conversamos com as professoras e professores sobre suas impressões a respeito da escolarização das crianças migrantes. Neste grupo, as profissionais de uma CEI contaram que as crianças bolivianas parecem não se integrar na escola: choram, brigam, não dormem etc etc. Professoras de outra CEI disseram que como recebem famílias bolivianas desde o início dos anos 2000, vivenciaram essas dificuldades com seus primeiros alunos estrangeiros, mas, hoje em dia, contaram que as crianças estão muito mais integradas à escola. Nesse ponto, uma professora antiga da CEI comentou que muitos bolivianos não têm condições de moradia. Contou sobre visitas domiciliares, de situações análogas à escrava e das condições que eles têm para cuidar dos filhos. Foi falado que muitas famílias deixam as crianças trancadas sozinhas em um cômodo para não atrapalharem o trabalho.

Defendendo que as condições precárias nas quais se encontram os trabalhadores das casas-oficinas revelam o trabalho como mediação necessária da sociedade capitalista, Ribeiro (2018) volta a sua atenção para a situação particular dessas oficinas, a saber, a mescla da produção de mercadorias e de reprodução da vida: as oficinas não são apenas

o local de trabalho, elas são o local de morada dessas famílias. Morada que, como vimos, implica uma série de superposições e precarizações da condição de saúde de todos os envolvidos.

Como já indicamos, o trabalho nas casas-oficinas costuma compreender jornadas de doze a dezoito horas diárias, de segunda a sábado, porém em algumas chegam a ser de domingo a domingo. Oficinas localizadas, muitas vezes, em sótãos ou porões, nas quais um imóvel costuma ser morada e local de trabalho para algumas pessoas, que se dividem improvisadamente no espaço. Por si só, estas são jornadas que chamam bastante atenção, mas

É preciso pensar ainda que a abstração de tempo das longas jornadas de até 18 horas diárias tem em si a forma concreta do corpo que passa essas horas sentado, encurvado frente à máquina de costura, acelerando a sua própria repetição de gestos para poder chegar a uma produção de até 3.000 peças por dia. A pressão pela alta produtividade, própria ou provocada pelo dono da oficina, leva a formas variadas de doenças (Ribeiro, 2018, p.25).

Doenças que vão desde lesão por esforço repetitivo, a doenças respiratórias e ao sintoma das crianças que não aprendem a falar. Pressão por produtividade, por corpos fortes e hábeis quanto à disciplina e enfraquecidos na possibilidade de existir fora da lógica competitiva-produtiva.

Vamos percebendo, assim, a complexidade dos sintomas das crianças que se manifesta nas escolas. Se, por um lado, as escolas sabem da situação dessas famílias e, às vezes, as estigmatizam como ‘coitadas em situação precária’, por outro lado, a escola pode ser um espaço potente no qual as crianças conseguem permanecer fora da oficina.

Uma história comum

A convite do diretor da EMEI, onde iniciamos nossa pesquisa, fiz parte de um módulo de formação da DRE¹¹, para contar sobre o trabalho que desenvolvemos nas escolas do bairro. Iniciei perguntando aos professores e professoras presentes quem tinha alunos, descendentes de imigrantes, que não falava nenhuma língua com 4-5 anos de idade. Dos, aproximadamente, 35 profissionais presentes, 5 levantaram a mão.

Cerca de um sétimo dos presentes, professores e professoras de educação infantil que trabalham na DRE do território em que pesquisamos, tinham alunos que, naquele momento, não falavam nenhuma língua. À medida que consolidamos a parceria com o diretor, naquela EMEI, íamos entrando em contato com as casas-oficinas e suas produções. Íamos, igualmente, percebendo que, ao mesmo tempo que a escola perpetua, de alguma forma, a manutenção desta situação, ela permite, igualmente, que essas crianças comecem a falar.

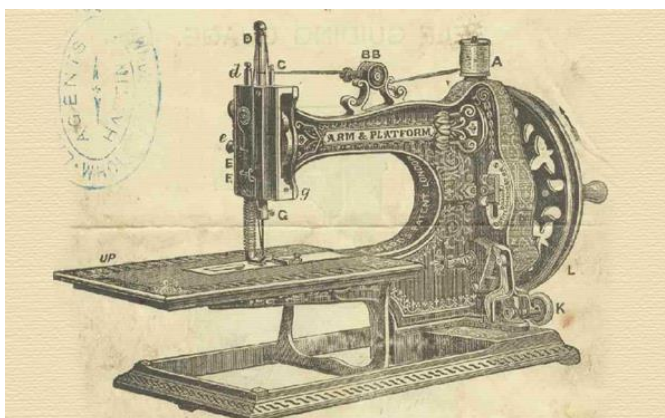
Indo além no debate sobre as casas-oficinas, pontuamos a força da lógica que permite que uma pessoa passe dezoito horas produzindo peças de vestuários e que encontram lugar para serem vendidas. Força que está, evidentemente, atrelada a possibilidade de subsistir, mas que acarreta doenças, ausência de tempo com os filhos, trabalhar grávida e voltar à máquina logo após o parto. São comuns acidentes domésticos associados à condição de trabalho: crianças que perdem os dedos nas máquinas, bebês que ficam caídos por horas, já que ficam sozinhos no quarto, e outros com a cabeça deformada por passarem muito tempo na cama (Ribeiro, 2018).

Os sintomas da costura

Fizemos essa reunião ao longo da pandemia. A coordenadora de uma EMEI, do mesmo bairro em que temos feito nossas intervenções, entrou em contato comigo para que eu pudesse conversar com a equipe sobre o diagnóstico de autismo entre crianças imigrantes, a seu ver, uma prática precipitada. Na conversa,

ela contou sobre um diálogo que teve com uma mãe migrante, que tem o filho atendido no CAPS IJ da região, com suspeita de autismo. Segundo o relato da mãe, quando ele era bebê ficou muito tempo preso no ‘chiqueirinho’, pois ela era forçada a trabalhar uma grande jornada, só podendo interagir com ele na hora da amamentação.

Histórias que acabam se tornando comuns, crianças que têm sua cabeça deformada, que têm sua fala impossibilitada, mulheres que só costuram e nos intervalos para amamentar, são mães. No relato desta coordenadora, a mãe teria dito sentir-se forçada a trabalhar nesta condição, elemento que nos faz voltar à discussão sobre a classificação do trabalho em casas-oficinas como ‘análogos ao escravo’.



No que tange a essa discussão, sublinhamos a necessidade de levar em conta a contradição intrínseca com a situação de um sujeito no modo de produção capitalista, isto é, de um sujeito dotado ‘de livre escolha’. A situação ‘análoga à escrava’ não seria fruto da ‘livre escolha’ dos indivíduos, mas uma situação de submissão. Ademais, remeter à escravidão, faz uma clara alusão ao modo de trabalho colonial no qual o sujeito escravizado não era compreendido como alguém de ‘livre escolha’, pelo contrário, era propriedade de seu dono, algo que era legalmente estabelecido. Lamas (2020) propõe uma interessante inversão ao chamar atenção para o anacronismo de nomear o trabalho como ‘análogo ao escravo’, defendendo que foi a escravização que criou as bases do trabalho assalariado. Tal relação está explícita, por exemplo, nas ‘unidades de medida’ criadas para comparar a qualificação dos escravizados entre si: foi na colonização que surgiu a expressão ‘mão de trabalho’ para ‘medir’ a rentabilidade de cada escravizado¹². Assim, ligado o trabalho nas casas-oficinas a um anacronismo e apontado como uma contradição intrínseca em relação ao trabalho assalariado, perguntamo-nos: quais seriam as forças implicadas em perpetuar a nomeação para esse tipo de trabalho?

O resgate do trabalho

Uma família que participava da comunidade de pais de uma das escolas que pesquisamos, havia sido resgatada de uma situação chamada de ‘análoga à escrava’. Contaram-nos que trabalhavam cerca de 16 horas por dia, de domingo a domingo, recebendo pouco e tendo dívidas com o chefe da oficina. O chefe, também boliviano, trabalhava nas máquinas de costura. As filhas do casal ficavam restritas ao espaço do quarto o dia inteiro. Situação extrema, mas não tão extrema quando pensamos na situação das famílias que estamos acompanhando. Todas, ou praticamente todas, narraram-nos que trabalham cerca de 16 horas por dia e, por isso, os filhos ficam trancados em algum lugar sozinhos.

Mesmo em se tratando de uma questão polêmica, visto que é inegável a condição de violência em que se encontram essas famílias, destacamos importantes pesquisas, como a de Miranda (2017), que complexificam a nomeação de ‘trabalho análogo ao escravo’ nas casas-oficinas. Este pesquisador realizou um trabalho de campo, entre 2012-2016, no centro de São Paulo, que compreendeu uma etnografia de um mês como costureiro em uma oficina. A partir de sua investigação, o autor argumenta a favor de compreender a adesão ao trabalho nas oficinas como uma situação que se estabelece entre formas de consentimento e de coerção.

Ressaltamos, novamente, a contradição intrínseca com a forma do ‘trabalho assalariado’, forma que compreende que os sujeitos se subjetivem a partir da ‘livre escolha’, forma contraditória que expressa uma condição própria ao ‘trabalho assalariado’, mas que, certamente, incide de maneira mais violenta em uns do que em outros. Assim, “[...] o trabalho análogo ao de escravo não é falta, mas excesso de modernização: é o auge do trabalho livre, como expressam os costureiros ao dizer que ‘são livres para trabalhar quantas horas quiserem’” (Ribeiro, 2018, p.214).

Trabalhadores ‘livres’ e postos a competir uns com os outros, competir pelas vagas do trabalho ‘livre’, as quais se vão tornando cada vez mais raras, tanto pelas tecnologias de produção, quanto pela contradição inerente ao modo de produção capitalista, que necessita do trabalho para valorizar a mercadoria e, ao mesmo tempo, que prescindir dele na concorrência por produzir de forma cada vez mais barata. Contradição da forma, que implica na contradição dos sujeitos, que sofrem competindo por um ‘lugar ao sol’, no qual os ‘supérfluos’ são expelidos (Kurz, 2005).

Assim, mesmo no interior das condições mais precárias, há, igualmente, hierarquizações, classificações que deixam alguns ainda mais ‘supérfluos’ do que outros. Miranda (2017) chama atenção para o papel que o *jogo competitivo* tem nas oficinas de costura, jogo que estabelece uma motivação ideológica no consentimento das condições de trabalho e colabora para a criação de um ambiente em que os costureiros aceitam passar dezoito horas costurando, para, quem sabe, ganhar um pouco melhor do que seu colega que trabalhou dezessete horas e meia.

A competição e o comportamento das crianças

Estávamos em uma conversa com o assistente de direção e a coordenadora pedagógica de uma CEI. Eles comentaram que conseguem perceber nitidamente a condição social dos pais bolivianos a partir do comportamento de seus filhos: aqueles que estão numa condição melhor, geralmente, são mais agitados e sapecas, são mais estimulados desde pequenos. Já os menos favorecidos são bem quietos, ‘moles’ e pouco estimulados.

Diferenciação percebida pelas equipes das escolas a partir do comportamento das crianças, diferenciação imposta pela competição de todos contra todos, pois ter um ‘lugar ao sol’ significa que outro não terá. Assim, algo que é interior às casas-oficinas, a saber, o fato de as crianças filhas dos donos poderem circular, enquanto as filhas dos trabalhadores ficam restritas a um cômodo, a uma caixa ou a um ‘chiqueirinho’, reflete-se no comportamento das crianças na escola.

Os silêncios, as máquinas de costura e a escola

Estávamos numa reunião de professores(as), apresentando a eles(as) nosso projeto de pesquisa e contando sobre as intervenções que fazemos nas outras unidades escolares. Nessa conversa, a professora da Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI), compartilhou o relato dos pais de uma aluna - atualmente no 4º ano do Ensino Fundamental, filha de bolivianos, que entrou na escola no 1º ano sem falar nada. Eles disseram a ela que quando a estudante era um bebê, ela ficava numa caixinha embaixo da máquina. Um tempo depois de ter escutado este relato, o professor de Ed. Física compartilhou com o grupo sua percepção sobre essa mesma aluna, perguntando-se se os sons que a aluna reproduzia quando ingressou na escola não seriam imitações das máquinas de costura de seus pais.

Sem terem escutado os relatos que relacionavam os sons de algumas crianças, filhas de imigrantes bolivianos, ao barulho das máquinas de costura, é o próprio professor, sensível à sua aluna e à fala da professora da SAAI, que fez essa relação: a jovem estudante, atravessada pelo sintoma de não falar, reproduzia os sons das máquinas de sua casa-oficina. Os sons das máquinas, portanto, entraram na escola e puderam ser escutados. Cabe destacar que essa jovem estudante começou a falar no percurso de sua

escolarização, uma fala marcada por estereótipias e singularidades; no entanto, uma fala que encontrou espaço de comunicação com a equipe que dela se ocupa.

Conclusão

Como tentamos acompanhar neste artigo, impunha-se à nossa escuta de pesquisadores-psicanalistas uma reflexão sobre a imigração boliviana para São Paulo e o trabalho nas casas-oficinas de costura. Guiadas pelos princípios do método psicanalítico, que cria fissuras naquilo que está supostamente estabelecido (Lajonquière, 2021), a imitação das máquinas de costura, sons reproduzidos por muitas das crianças filhas das casas-oficinas, criava um corte no silêncio desses pequenos: não era apenas de ausência de fala de que se tratava o fenômeno, era igualmente, da necessidade de situar complexamente os atravessamentos que o trabalho incidia sobre as crianças e sobre as escolas.

Se é um princípio da escuta psicanalítica garantir o direito de diferir, investigar o contexto ampliado de vida desses estudantes podia parecer, num primeiro momento, distante do fazer de um psicanalista, porém investigá-lo permite que a educação venha a cumprir seu papel, a saber, o de criar condições para que um sujeito encontre “[...] um horizonte diferente e, portanto, alterador, além da mesmidade das fronteiras familiares” (Lajonquière, 2023, n.p.).

Quando os sons das máquinas de costura e os relatos sobre o trabalho nas casas-oficinas ganham lugar em nossa escuta e na escola, pode-se estranhar o habitual silêncio desses estudantes. Assim, eles ganham outro olhar que, muitas vezes, lhes permite passar a se dizer em primeira pessoa.

Referências

- Alencastro, L. F. (2021). *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das Letras.
- Braga, A. P. M. (2015). *Os muitos nomes de Silvana: Contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.47.2016.tde-10052016-104955>
- Foucault, M. (2010). *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. WMF Martins Fontes. (Obra original publicada em 1976)
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Vozes. (Obra original publicada em 1975)
- Freitas, P. T. de. (2010). Imigração e trabalho: Determinantes históricos da formação de um circuito de subcontratação de imigrantes bolivianos para o trabalho em oficinas de costura na cidade de São Paulo. In *Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- Freud, S. (2010). O inquietante. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 14, pp. 294-320, P. C. de Souza Trad.). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1919)
- Freud, S. (2011). Prólogo a *A juventude abandonada*, de August Aichhorn. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 16, pp. 347-350). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1923/1925)
- Freud, S. (2014). “Psicanálise” e “teoria da libido”: Dois verbetes para um dicionário de sexologia. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 16, pp. 347-350). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923/1925)
- Freud, S. (2010). Conferência XXXIV – Esclarecimentos, explicações, orientações: Novas conferências introdutórias. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 18, pp. 294-320). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1933)

- Heidemann, H. D. (2010). Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: A razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador. In S. A. da Silva (Org.), *Migrantes em contextos urbanos: Uma abordagem interdisciplinar* (pp. 15–33). EDUA/UFAM.
- Kurz, R. (2005). Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial: Para uma caracterização da situação contemporânea da sociedade mundial. In Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.), *Travessias na desordem global — Fórum Social das Migrações*. Paulinas.
- Lajonquière, L. (2021). De um psicanalista na educação. In J. Rosado & M. Pessoa (Orgs.), *As abelhas não fazem fofoca: Estudos psicanalíticos no campo da educação*. Instituto Langage.
- Lajonquière, L. de. (2023). À maneira de prefácio: A pandemia de injustiças e a escola. In R. E. O. G. Kelly & K. C. B. da Silva (Orgs.), *Geração pandêmica? Reflexões sobre a infância e a adolescência em tempos de pandemia*. Appris.
- Lamas, B. (2020). “Nada mais do que uma máquina de trabalho viva”: Escravidão, trabalho abstrato e a trajetória histórica do capitalismo (Apresentação de trabalho). *Seminário Pesquisas sobre um Colapso Anunciado*, São Paulo, SP.
- Miranda, B. (2017). “Uno ya sabe a lo que viene”: La movilidad laboral de migrantes andino-bolivianos entre talleres de costura de São Paulo explicada a la luz de la producción del consentimiento. *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 25(49), 197-213.
- Miyahira, E. (2016). Migrantes nordestinos e imigrantes bolivianos na escola pública. In L. M. O. Rodrigues (Org.), *Imigração atual: Dilemas, inserção social e escolarização – Brasil, Argentina e EUA* (pp. 127-145). Escuta.
- Primo, J. S., Rosa, M. D., & Carmo-Huerta, V. (2021). Adolescentes, professores e psicanalistas: Uma intervenção clínico-política. *Educação & Realidade*, 46(1), e103233. <https://doi.org/10.1590/2175-6236109175>
- Primo, J. S. (2024). *A alteridade na escolarização de imigrantes: Entre silenciamento e barulho* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.47.2025.tde-14082025-171051>
- Ribeiro, C. L. (2018). *Gênero e mobilidade do trabalho: Bolivianas trabalhadoras na indústria de confecção de São Paulo* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/D.8.2019.tde-14052019-141554>
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. Escuta.
- Rosa, M. D., Binkowski, G. I., & Souza, P. S. de. (2019). Tornar-se mulher negra: Uma face pública e coletiva do luto. *Clínica & Cultura*, 8(1), 86-100. <https://pepsic.bvsalud.org>
- Seincman, P. M., & Rosa, M. D. (2025). Instituição costura: Impactos na família e na constituição psíquica de filhos de migrantes bolivianos para a costura em São Paulo. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 47(2), e75890. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v47i2.75890>
- Silva, S. A. da. (1997). *Costurando sonhos: Trajetória de um grupo de bolivianos em São Paulo*. Paulinas.
- Silva, S. A. da. (2006). Bolivianos em São Paulo: Entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados*, 20(57), 157-170.
- Vainer, C. (1984). *Trabalho, espaço e Estado: Questionando a questão migratória*. Editora UFRJ.

- Xavier, I. R. (2012). A inserção socioterritorial de imigrantes bolivianos em São Paulo. In R. Baeninger (Org.), *Imigração boliviana no Brasil* (pp. 109-154). NEPO/UNICAMP.
- Weinert, T. S. (2015). *Uma etnografia sobre as práticas de saúde dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/D.6.2015.tde-09112015-131537>

Notas :

1. Trata-se do doutorado intitulado “A alteridade na escolarização de crianças imigrantes: entre silenciamento e barulho” (Sampaio Primo, 2024), que contou com financiamento FAPESP (Nº do processo: 2019/12316-9).
2. EMEI.
3. Grupo de extensão universitária, que existe desde 2005, que tem como objetivos vicissitudes da imigração. Este grupo é ligado ao Laboratório de Psicanálise Sociedade e Política, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (PSOPOL-IPUSP), ambos coordenados pela professora Miriam Debieux Rosa.
4. Aprofundamos essa e outras reflexões aqui presentes, no artigo: Primo, J. S., Rosa, M. D., & Carmo-Huerta, V.. (2021). Adolescentes, Professores e Psicanalistas: uma intervenção clínico-política. *Educação & Realidade*, 46(1), e109175. <https://doi.org/10.1590/2175-6236109175>
5. Remetemos o leitor à pesquisa de Clara Lemme Ribeiro (2018), que discutiremos mais à frente, a qual tem o mérito de questionar o imbricamento entre a reprodução de mercadorias e a reprodução da vida nas oficinas de costura em que trabalham e vivem as famílias com as quais tivemos contato em nossa pesquisa.
6. *A Rede de Saúde e Imigração* foi uma construção do trabalho do Grupo Veredas na Missão Paz.
7. Destacamos que as pesquisas do PSOPOL buscam produzir análises que congregam essas dimensões. Conferir, por exemplo, o artigo Seincman e Rosa (2025).
8. Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes.
9. Escola Municipal de Ensino Fundamental.
10. Cabe salientar que se trata de uma pesquisa de 24 anos atrás, época em que o novo Decreto Municipal Nº 57.533, de 15 de dezembro de 2016, e a Lei Nº 16.478, de 8 de julho de 2016, ainda não estavam em vigor, mas sim o *Estatuto do Estrangeiro*, de 1980, que concebia o imigrante como um potencial inimigo de Estado.
11. Diretoria Regional de Ensino.
12. Destacamos que, hoje em dia, não nos surpreende chamar trabalhadores de “mão de obra”.

Citação/Citation: Primo, J. S.; Rosa, M. D. (2025). *Os sons das máquinas de costura: a escuta psicanalítica de imigrantes na escola. Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XVII, no.esp.), pp. 109-123.

Recebido em: 03/10/2025
Aprovado em: 14/12/2025